

CARTA POLÍTICA 215

21 de agosto de 2020.

"Pegar dinheiro de saúde e permitir que se transforme em aumento de salário para o funcionalismo é um crime contra o país".
(Guedes)

O governo havia concordado com o Congresso em conceder um pacote de socorro de R\$60 bilhões a estados e municípios, com a contrapartida de que fossem congelados os reajustes para o funcionalismo público até o fim de 2021. Sancionado o pacote, o dispositivo que concedia os aumentos foi então vetado.

Nesta semana os vetos presidenciais estavam sendo apreciados, e o Senado optou, por 42 votos a 30, por derrubar a vedação. **O impacto estimado de se conceder o reajuste seria de R\$130 bilhões, pelas contas do governo.** Depois de muita negociação, o governo conseguiu salvar a seara na Câmara, e o veto foi mantido.

O chefe da Economia será convocado a se justificar por ter dito o óbvio. O cenário é de terra arrasada no setor privado: demissões, corte de jornada e salários reduzidos. Os déficits gerados durante a pandemia terão de ser financiados pelo aumento da carga tributária ou pela via inflacionária. **Enquanto isso, o setor público - onde não houve demissões, corte de jornada ou atraso de salários - sentiu-se injuriado por ser chamado a fazer o sacrifício mínimo de se abster da recomposição salarial por pouco mais de um ano.**

O lado positivo de tudo isso foi que pudemos ver a nova liderança do governo na Câmara funcionando. Trabalharam Ricardo Barros e Rodrigo Maia e conseguiram reverter o cenário.

No mais, Brasília dá sinais de que um acordo está sendo formado para que se prorrogue o pagamento da renda emergencial até dezembro deste ano, com um valor mensal de R\$ 300, que deve ser continuado no mesmo valor ao longo de 2021 pelo programa de Renda Mínima, o Renda Brasil.

Paulo Guedes trouxe uma notícia positiva no dia de hoje: a criação de 117 mil vagas formais em junho, o que mostra alguma força na recuperação econômica e lhe concede mais prestígio em Brasília. A ver.

